

Seção Arquivo

Notícias sobre a sociologia acadêmica no 1º Congresso da SBS (São Paulo, 1954)

*André Teles Guedes**

Resumo

Esta é uma reconstituição de algumas palestras apresentadas no 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizado na cidade de São Paulo, em 1954. As palestras tratam do estado institucional dos centros de ensino em ciências sociais e permitem um acesso privilegiado à agenda de pesquisa da SBS em seus momentos iniciais e ao padrão de trabalho dos sociólogos acadêmicos no contexto de autonomização de sua disciplina.

Palavras-chave: Sociedade Brasileira de Sociologia. Sociologia. Intelectuais. Pensamento brasileiro.

Abstract

This is a reconstitution of some lectures presented in the *1st Seminar of the Brazilian Sociology Society* (SBS), carried through in the city of São Paulo, in 1954. The congressional records deal with the institutional state of the centers of education in social sciences in the decade of 1950 and allow privileged access to the agenda of research of the SBS at its initial moments and to the working standard of the academic sociologists in the context of formation of its disciplines.

Keywords: Brazilian Sociology Society. Sociology. Intellectuals. Brazilian thought.

INTRODUÇÃO

Com este artigo pretendo chamar a atenção para um dos principais episódios da história da sociologia no Brasil, o 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia

* Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

(São Paulo, 1954). Várias das apresentações e debates que se realizaram nesse Congresso oferecem boas pistas sobre o processo de institucionalização da disciplina, especialmente as palestras inspiradas no primeiro tópico do evento, *O ensino e as pesquisas sociológicas*, as únicas a serem abordadas neste artigo. Os argumentos aqui não se organizam segundo um enquadramento teórico. Trata-se apenas de expor um registro histórico publicado há mais de meio século e ainda pouco explorado. A SBS está perto de completar sessenta anos de existência e ainda não dispõe de um acervo documental organizado e acessível¹. Acredito que a reconstrução de sua memória institucional possa ajudar a melhor compreender o processo de profissionalização da carreira de sociólogo no país e, inclusive, suas falhas, já que, segundo Carvalho & Matos (2005: 88), em um universo de quarenta mil sociólogos no Brasil, apenas cerca de dez mil exercem atividades relacionadas com sua profissão. Quem sabe uma parte desse cenário não se deva a vocações fortemente atreladas à identidade intelectual do sociólogo, tornadas inconsistentes na passagem do tempo?

Uma disciplina tão preocupada em pensar a eficácia das intervenções do Estado ou em explicar as questões sociais tentando contribuir com o poder público não mereceria mais espaço de inserção em níveis decisórios? A sociologia no Brasil convive com uma série de dilemas derivados dessa relação mal resolvida com o Estado, o que talvez se deva, em parte, a alguns dos seus males de origem. Saber em que medida os praticantes de uma certa disciplina se tornaram reféns das expectativas de seus fundadores é uma tarefa instigante. A leitura dos anais do 1º Congresso da SBS traz evidências das funções acadêmicas, técnicas e políticas que os protagonistas do processo de autonomização do campo disciplinar atribuíram aos sociólogos. Dito isso, busco com esse artigo apenas compartilhar minha experiência de leitura de um texto valioso e fundamental, visando, dessa maneira, a contribuir com outras pesquisas na área de pensamento social brasileiro.

O TEMÁRIO DO 1º CONGRESSO DA SBS

O 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)², realizou-se entre 21 e 27 de junho de 1954, no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, sob o patrocínio da Comissão do IV

¹ Os anais do 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, em março de 1962, por exemplo, que tanto poderiam acrescentar à história da sociologia e de seus principais personagens, simplesmente desapareceram ou, segundo informou Simon Schwartzman em correspondência pessoal ao autor do presente trabalho, podem estar em Minas Gerais nas mãos da família de um pesquisador já falecido, antigo diretor da SBS. Restaram apenas alguns poucos textos avulsos e notas sobre a dimensão do Encontro publicados pela Revista Brasileira de Ciências Sociais em suas edições do 1º e 2º trimestres de 1962.

² Nessa primeira gestão, a diretoria da SBS se compunha da seguinte maneira: o presidente era Fernando de Azevedo; o vice-presidente, Mário Wagner Vieira da Cunha; o 1º secretário, Antônio Rubbo Müller; o 2º secretário, Vicente Unzer de Almeida; o tesoureiro, José Querino Ribeiro; faziam parte do Conselho Fiscal Antonio Candido de Mello e Souza, Egon Schaden, Hebert Baldus, Oracy Nogueira e Otávio da Costa Eduardo e da Comissão de Redação dos Anais do I Congresso, Antonio Candido, O. Nogueira e Florestan Fernandes.

Centenário da cidade de São Paulo. A Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e a Escola de Sociologia e Política foram os órgãos oficialmente encarregados da coordenação do evento, mas a Comissão Organizadora também envolvia pesquisadores do Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco. A Comissão era composta por Fernando de Azevedo, presidente; Antônio Rubbo Müller, primeiro secretário; Vicente Unzer de Almeida, segundo secretário; Egon Chaden, tesoureiro; Luiz de Aguiar Costa Pinto e Luis Pinto Ferreira, membros (Anais do 1º Congresso de Sociologia, 1955: 13). O Congresso contou com a presença de 185 participantes originários de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Bahia, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Entre eles, 48 eram mulheres³.

Foram apresentadas doze comunicações e seis exposições⁴ ao longo de onze sessões ordinárias, de acordo com o seguinte temário:

I - *O ensino e as pesquisas sociológicas*. 1 - O ensino da sociologia e disciplinas afins nos diferentes centros culturais do país; 2 - As pesquisas sociológicas e antropológicas no Brasil; 3 - O sistema estatístico nacional - sua utilização como fonte de dados sociológicos; 4 - A contribuição da Sociologia para a solução dos problemas sociais. II - *Organização social*. 1 - Estrutura da comunidade indígena (indígena, rural, urbana, rural-urbana); 2 - Sistemas gerais e sistemas específicos (de família e parentesco, econômicos, políticos, jurídicos, pedagógicos etc.); 3 - Relações étnicas. III - *Mudança Social*. 1 - Correntes migratórias internas e estrangeiras; 2 - O impacto do desenvolvimento econômico sobre a estrutura social dos países menos desenvolvidos; 3 - Transformações técnicas e mudanças sociais; 4 - Efeitos da urbanização e da industrialização sobre a estratificação social do Brasil; 5 - Mudanças sociais e problemas sociais (Anais do 1ª CBS, 1955: 13).

A PESQUISA E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Na noite de 21 de junho de 1954, diante do Governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, Fernando de Azevedo inaugura o Congresso com um discurso gentil e erudito em que despontam menções elogiosas aos fundadores da Universidade de São Paulo e aos componentes das missões estrangeiras que ali atuaram, além de referências ao cosmopolitismo paulista “[...] que teve no contato entre culturas o motor do seu progresso”. Azevedo enfatiza a questão da especialização como exigência contra o diletantismo e critica as tendências de improvisação intelectual presentes entre autores

³ Dentre os expositores, havia apenas uma mulher: Maria Izaura Pereira de Queiroz. Além dela, tomaram lugar nos debates: Paula Beiguelman, Gioconda Mussolini, M^o Suzana Eliezer de Barros e Lucila Hermann. Já sobre a presença de sociólogos negros, há apenas a completa ausência de dados a respeito. Os poucos dicionários biográficos onde se pôde encontrar uma ou outra referência aos pesquisadores que compõem a lista de participantes nada esclareciam a este respeito.

⁴ Palestraram Olavo Batista Filho, Roger Bastide, Henrique Stodiek, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Antonio Candido, Luis Pinto Ferreira, Mário Lins, Antônio Rubbo Müller, Egon Shaden, Aziz Simão, Maria Izaura Pereira de Queiroz, José Bonifácio Rodrigues, Ruy da Costa Antunes, Wilson Rosa da Silva, Thomas Pompeu Accioly Borges, Alberto Guerreiro Ramos e Pedro Parafita Bessa. Ver índice das palestras, em documento anexo.

brasileiros. Finaliza posicionando-se diante daqueles que, como Guerreiro Ramos, duvidavam das pretensões universalistas da sociologia:

O que é nacional, o que é brasileiro, não é a ciência, nem seu aparato conceptual, nem seus métodos e técnicas de investigação, mas um determinado campo de estudos, o objeto particular, a realidade concreta em que trabalha, que investiga, com seus conceitos e técnicas que, sendo científicos, são por definição universais (Anais do 1º CBS, 1955: 45-46).

O evento se inicia com as comunicações de Olavo Batista Filho, “O Sistema Estatístico Nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos” (idem, *ibidem*: 77-80), e de Roger Bastide, “Les problèmes de la recherche sociologique au Brésil” (idem, *ibidem*: 81-84), proferidas na manhã do dia 22 de junho. Em sua palestra, Batista Filho enumera os órgãos que compunham o Sistema Estatístico Nacional e enfatiza os avanços proporcionados pela atuação de demógrafos estrangeiros (especialmente Giorgio Mortara e J. Lambert) no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵. Apesar do destaque dado aos esforços desse Instituto, sua comunicação e os debates subsequentes indicam alguns graves problemas ligados à produção de fontes estatísticas no país: a falta de uniformidade dos dados e, portanto, de possibilidades de comparação; ausência de discriminações ligadas à composição profissional da população; freqüentes mudanças na base territorial, conseqüências da criação de novos municípios e falta de especificidade das informações, incapazes de alcançar a realidade sócio-econômica de comunidades e distritos. Nos debates sobre a matéria, a fala de Guerreiro Ramos é a que melhor sintetiza a situação naquele momento:

O prof. Guerreiro Ramos procura relacionar as dificuldades encontradas pelo sistema estatístico nacional com as condições inerentes à atual fase de desenvolvimento econômico-social do país, que não permitem maior rigor no levantamento. Cita o exemplo das estatísticas de natalidade, feitas com base no registro civil, quando se sabe que grandes contingentes da população brasileira, por ignorarem as exigências da lei, não registram os seus filhos. Outro exemplo é o da estatística sobre a renda nacional, imperfeita pelo fato de grande parte da produção agrícola ser consumida *in loco* e, não entrando no comércio, não permitir registros estatísticos (idem, *ibidem*: 309)⁶.

O trecho torna mais compreensível a proposta de Guerreiro Ramos que tanto espanto causou na platéia do 2º Congresso Latino-americano de Sociologia, no ano anterior: adequar métodos e processos de pesquisa aos recursos econômicos e técnicos disponíveis no país. Prossegue o Congresso e os diagnósticos sobre a precariedade das condições de trabalho dos sociólogos brasileiros são aprofundados na comunicação de

⁵ Importante destacar que estudos sobre processos migratórios na década de 1950 também estavam nas agendas do Centro de Estudos Sociais da FGV e na da Comissão Nacional de Política Agrária, onde atuavam Tomaz Pompeu Accioly Borges e Mário Magalhães, membros da Sociedade Brasileira de Sociologia.

⁶ Na parte referente aos debates, por problemas técnicos, não pôde a Comissão de Redação do 1º Congresso reproduzir na íntegra a fala dos congressistas.

Roger Bastide. Para ele, a tendência da disciplina nos países em que se alcançou maior desenvolvimento é a substituição da iniciativa individual pelo padrão de trabalho em equipe, dentro de centros de pesquisa obedientes às vocações locais. No Brasil, segundo o autor, as subvenções a esses centros ainda eram mínimas nos anos 1950. Além disso, a falta de um quadro conceitual comum, problema da comunidade de sociólogos como um todo, era mais acentuada no caso brasileiro, tais as deficiências na comunicação entre os pesquisadores e a falta de amparo bibliográfico. Bastide coloca como questão para o debate a necessidade ou não de centralização dos esforços de pesquisa no Brasil (já perceptíveis, segundo ele, no Rio de Janeiro com a Fundação Getúlio Vargas, na Bahia com o Programa de Pesquisas Sociais e no Recife com o IJN), tendo em conta os riscos de seu direcionamento político.

Nos debates, toma primeiro a palavra o professor Euclides Mesquita, do Paraná, sugerindo que, como meio de defesa contra as intervenções políticas nos novos centros de pesquisa, deveria a SBS organizar em cada estado um órgão encarregado de orientá-los. Foi logo em seguida rebatido por Oswaldo Gusmão, de Minas Gerais, para quem a SBS não dispunha, em hipótese alguma, de recursos para cumprir essa função nos estados. Guerreiro Ramos outra vez toma a palavra, afirmando serem problemáticas preocupações com a sofisticação das pesquisas antes que a sociologia fosse capaz de fornecer aos que nela atuam uma “consciência orgânica da sociedade brasileira”. A professora Lucila Hermann, de São Paulo, sucede-o fazendo um elogio da universidade como único espaço “capaz de permanecer acima dos interesses e pressões, quer do governo, quer de entidades particulares” (idem, *ibidem*: 312).

Roger Bastide retoma a questão, concordando com um papel mais ativo da SBS no controle sobre as pesquisas desenvolvidas nos estados e elogiando a alternativa universitária por garantir mais sistematicamente a ligação entre ensino e pesquisa. Além disso,

concorda com o prof. Guerreiro Ramos, quando ele afirma a necessidade de planificar-se a ordem de pesquisas. Essa ordem variará de estado para estado: em Pernambuco, por exemplo, será a seca; em São Paulo, a industrialização, e no Rio de Janeiro, os problemas administrativos (idem, *ibidem*: 312).

A SOCIOLOGIA NA ESCOLA SECUNDÁRIA

As exposições sobre “o ensino e as pesquisas sociológicas” têm continuidade na manhã do dia seguinte, 23 de junho, com a fala de Florestan Fernandes: “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira” (idem, *ibidem*: 89-106). Ele tenta dar um “tratamento sociológico” à questão. Toda a sua exposição está arquitetada de maneira a garantir certa “distância” em relação às proposições sobre a inclusão da sociologia nos currículos do ensino secundário. Para além das motivações corporativas, o autor critica a organização atual do sistema de ensino e busca apresentar as vantagens sociais ligadas à divulgação da sociologia nos ginásios.

Segundo Florestan, em vez de uma mera preparação para o ensino superior, a escola secundária deveria assumir franca e conscientemente suas responsabilidades na formação da personalidade dos jovens. Para o autor, o ensino médio até esse momento tendia apenas a alimentar o sentimento colonial e a auto-rejeição étnico-cultural dos brasileiros. Numa época em que instituições como a família e a Igreja já não dispunham dos mesmos artifícios de controle sobre seus componentes, cabiam ao Estado reformas capazes de garantir uma educação dinâmica aos cidadãos, e não o ensino meramente “aquisitivo”, “enciclopédico” e “propedêutico”, até então vigente. Para Florestan, tal concepção de ensino explicava-se pela conservação do caráter jurídico-profissional do ensino superior brasileiro, ainda organizado para a seleção, dentro de uma estreita camada social, de personalidades aptas ao exercício da liderança política e administrativa. Uma organização desse tipo não se fazia mais adequada ao regime republicano. Em suas palavras: “existem certas necessidades gerais, inerentes a vida social nas sociedades civilizadas contemporâneas, que recomendam a introdução das ciências sociais na escola secundária” (idem, *ibidem*: 101).

A aquisição de “conhecimentos científicos” sobre a ordem social permitiria aos jovens o acesso a técnicas de convívio indispensáveis aos lugares onde tradições e costumes já não eram mais fortes o suficiente para garantir respostas automáticas e adequadas às situações de escolha. Era necessário, segundo o autor, fazer da escola secundária um instrumento do progresso social, um espaço onde se formassem cidadãos com maior capacidade de compreensão racional dos problemas que afligem sua comunidade e dispostos a nela intervir com vistas a mudanças num sentido desejável. Para Florestan, a sociologia no ensino médio seria um dos melhores meios de preparação dos indivíduos para o convívio numa sociedade de tipo democrático. O ensino de sociologia

[...] poderá contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país (idem, *ibidem*: 105).

A preocupação de Florestan com a “objetividade científica” é tão forte que encerra sua comunicação sem concluir nada, travestindo suas proposições sob a forma de perguntas. Consegue assim chamar a atenção dos congressistas e motivar longos debates. O primeiro a discordar de Florestan é Guerreiro Ramos, para quem a difusão da sociologia no ensino médio não se mostraria interessante enquanto esta disciplina continuasse alienada da realidade brasileira, refletindo “problemas de outros países, de cultura autêntica” (idem, *ibidem*: 320).

Discordando de Guerreiro Ramos, pronuncia-se o prof. Júlio Barbosa, de Minas Gerais, para quem, desde que submetidas a análise ideológica, nada desaconselha o uso de idéias importadas. Lucila Hermann retoma a questão explorada por Florestan, sobre a utilidade dos conhecimentos sociológicos à formação da mentalidade juvenil, destacando o perigo de que eles atuassem aumentando a inquietação dos adolescentes. Sugere, como exercício pedagógico, sua iniciação em práticas de pesquisa de campo nos seus

lugares de origem. Fernando de Azevedo indaga qual seria o tipo de ensino sociológico ministrado na escola secundária e enfatiza o problema da escassez de professores habilitados a ministrar a disciplina, caso a medida fosse tornada válida para as escolas de todas as unidades da federação, 2.100 escolas, segundo ele. A ausência de formação especializada, a improvisação e a diversidade de critérios adotados por tais profissionais poderiam reduzir drasticamente quaisquer vantagens ligadas à inclusão da matéria nos currículos do ensino médio. O autor é acompanhado por Lourival Gomes Machado, de São Paulo, para quem, antes de agir sobre esse sistema educacional, a sociologia seria, isso sim, assimilada pelas forças do conservantismo cultural atuantes em seu interior.

PROGRAMAS CURRICULARES

Na manhã do dia 24 de junho uma outra comunicação foi apresentada dentro desse mesmo eixo temático. Oracy Nogueira, em “Duas experiências no ensino da sociologia” (idem, *ibidem*: 107-115), faz um registro das experiências de professores e alunos no curso de bacharelado da Escola de Sociologia e Política. Por meio dessa palestra fica sabendo que o programa de sociologia da ESP se dividia, em 1954, da seguinte maneira: “Introdução à Sociologia, no primeiro ano; Organização Social, no segundo; Desorganização Social, no terceiro; Comportamento Coletivo, no terceiro; Psicologia Social, no quarto; e Pesquisas Sociológicas no Brasil, igualmente no quarto ano” (idem, *ibidem*: 107). O palestrante frisa a importância das matérias estudadas por seus alunos nas disciplinas do terceiro e quarto ano. Segundo ele, só a apreciação crítica dos conceitos de “desorganização” e “problemas sociais” eram capazes de redefinir a percepção e atitudes dos estudantes em face de suas experiências de vida e do objeto mesmo da sociologia. A revisão dos debates a respeito, em bibliografia estrangeira, tornava mais fácil seu adestramento como pesquisadores e o acesso ao universo de discurso que caracteriza o *métier* disciplinar. Em suas palavras:

O esforço de objetividade, tanto no estudo como no ensino das ciências sociais, antes desencoraja que estimula a aceitação das propostas de solução dos “problemas práticos” de que está saturado o ambiente social em que vive o estudioso. O grau de premência com que este concebe a necessidade de solução de determinado problema pode impacientá-lo ante a “fria e imperturbável objetividade” dos cientistas sociais (idem, *ibidem*: 112).

A mesma espécie de inculcação, fundada na precoce familiaridade com uma série de autores estrangeiros, segundo Oracy Nogueira, vinha despertando entre seus alunos um total desprezo por livros como *Os Sertões* e *Casa Grande & Senzala*. O autor afirma estar tentando corrigir essa tendência no âmbito da disciplina “Pesquisas Sociológicas no Brasil”. Através dela, buscava mostrar aos seus alunos que “mesmo fora da literatura científica, inclusive na literatura de ficção, tanto se podem encontrar dados sociológicos como inspiração para a formulação de problemas sociológicos” (idem, *ibidem*: 114).

Iniciado o debate, sua fala, ao que tudo indica, desperta indignação em Guerreiro Ramos, que é dessa vez o primeiro a argüi-lo, numa intervenção que é descrita pela Comissão Redatora dos Anais da seguinte maneira:

O prof. Guerreiro Ramos manifesta-se sobre a comunicação do prof. Oracy Nogueira. Procura mostrar como as condições de alienação do sistema educacional brasileiro refletem-se até no ensino da sociologia, como é o caso especial do prof. Oracy Nogueira, que se dedica ao ensino de “Desorganização Social”, divisão da sociologia que estuda os problemas sociais. O *problema social* resulta de uma crise, devendo ser a comunidade, ou o grupo social, quem dirá se uma situação é ou não problemática, e não o sociólogo. No Brasil, fala-se de problemas sociais que não são brasileiros (idem, *ibidem*: 329).

Na intervenção seguinte, Guerreiro Ramos é criticado por Antônio Rubbo Müller, de São Paulo, que o acusa de estar pretendendo “nacionalizar as Ciências Sociais” (idem, *ibidem*: 329). Para esse sociólogo, de acordo com a divisão entre *sociologia pura* (estudo dos sistemas de relações) e *sociologia aplicada* (estudo das relações de causa e efeito), tal como em Radcliffe-Brown, apenas à segunda se poderiam atribuir orientações vinculadas ao meio nacional ou local. Segue a discussão e Maria Izaura Pereira de Queiroz, de São Paulo, também toma partido no assunto, só que em total acordo com Guerreiro Ramos. Segundo ela, os sociólogos brasileiros não faziam de seu próprio meio e de suas possibilidades verdadeiro campo de estudo, aplicando a eles conceitos desajustados. Após várias outras falas, finalmente toma de novo a palavra o sociólogo Oracy Nogueira, que vai direto às colocações de Guerreiro Ramos e

[...] diz de sua surpresa ante o fato de o prof. Guerreiro Ramos ter apresentado o ensino de Desorganização Social como um exemplo de alienação cultural, pois, a aplicar-se o seu critério, seria ele próprio muito mais “alienado”, porquanto aceita a definição de problema social corrente nos Estados Unidos e a aplica em seus estudos, enquanto ele, Oracy Nogueira, procura sugerir uma perspectiva que fuja a êsse relativismo cultural e permita uma visão por assim dizer universal (idem, *ibidem*: 331).

A SOCIOLOGIA EM MINAS GERAIS

Sobre o ensino e as pesquisas sociológicas no país é ainda digna de registro a fala do prof. Pedro Parafita Bessa, “O Estudo das Ciências Sociais em Minas Gerais” (idem, *ibidem*: 299-305), na tarde do dia 26 de junho. Bessa informa aos congressistas sobre como foram precárias as primeiras iniciativas de ensino da sociologia no estado, ainda na década de 1930, ministradas apenas nos colégios universitários e por professores sem a mínima qualificação. Na década de 1940, com a criação da Faculdade de Filosofia e do Instituto de Educação da Universidade de Minas Gerais, os catedráticos em Sociologia Educacional haviam garantido seu espaço de atuação, mas essas cadeiras serviram, segundo ele, apenas de complemento à formação dos pedagogos. No primeiro curso de Ciências Sociais da UMG, uma iniciativa também da década de 1940, só conseguiram se formar quatro alunos. O palestrante explica o caso da seguinte maneira:

O curso de Ciências Sociais, além de não ser sentido como uma necessidade pelo meio ambiente e de não oferecer perspectivas profissionais, nenhuma resposta dava, em virtude da orientação que lhe era impressa, às questões que poderiam ter determinado a sua escolha pelos jovens que nele se matriculavam (idem, *ibidem*: 300).

Segundo ele, só algum tempo depois, a sociologia veio encontrar terreno mais propício no estado, especialmente na Faculdade de Ciências Econômicas⁷, onde desde 1953 funcionava um Curso de Sociologia e Política⁸, que podia ser freqüentado paralelamente à já bastante procurada graduação em Administração Pública. O curso continha disciplinas como contabilidade, finanças públicas e administração de pessoal e material. Ao que tudo indica, a sociologia em Minas ia numa direção bem diferente daquela seguida na Faculdade de Filosofia da USP, bem mais próxima da filosofia⁹.

ENCERRAMENTO

Quem profere o discurso de encerramento do 1^o Congresso da SBS é mais uma vez Fernando de Azevedo, que tenta uma síntese das discussões e, diante de algumas delas, busca reafirmar seus próprios posicionamentos. Após elogiar os esforços de combinação entre ensino e pesquisa apresentados pelos congressistas, Azevedo enfatiza o quanto era importante que os sociólogos se afastassem da cultura literária e retórica e do espírito utilitário e imediatista comuns ao meio intelectual brasileiro. Logo a seguir, diagnostica o quanto a falta de recursos no regime de Cátedras das Faculdades de Filosofia tendia a diminuir a disposição e espírito científico dos pesquisadores brasileiros. Em seu discurso é freqüente a idéia de que a sociologia era ainda uma ciência em construção. Não havia, segundo ele, uma terminologia estabelecida e um aparato conceitual suficientemente amplo e eficaz, o que o leva a um apelo ao incremento teórico da disciplina.

Quanto ao ponto central das discussões, a reivindicação de dispositivos legais que garantissem o ensino da disciplina na escola secundária, Azevedo tem posições contrá-

⁷ Fundada em 1945, como sociedade civil, tinha como patrocinadores vários dos mais poderosos empresários mineiros da época, também membros do conselho consultivo da instituição. Os principais eram: Sandoval Soares de Azevedo, presidente do Banco de Crédito Real; Antônio Mourão Guimarães, presidente do Banco de Minas Gerais; Cristiano França Teixeira Guimarães, presidente do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais; Américo René Giannetti, presidente da Federação das Indústrias e ex-prefeito de Belo Horizonte; Caetano de Vasconcelos, presidente da Federação do Comércio, e Paulo Macedo Gontijo, presidente da Associação Comercial de Minas Gerais (Informações extraídas do boletim informativo da faculdade, abr. 1987, citadas por Arruda (2001a: 297).

⁸ Que nas suas duas primeiras turmas chegou a contar com 47 alunos, segundo Carneiro & Costa Pinto (1955:91).

⁹ Maria Arminda do Nascimento Arruda faz um levantamento dos currículos do curso de sociologia e política entre os anos de 1953 e 1967 identificando a predominância de disciplinas ligadas ao direito, à economia e à administração. "Se compararmos o currículo de sociologia e política e administração pública, percebemos que as diferenças, no conjunto, resultam da atribuição de um peso menor à sociologia frente ao direito e à administração, e a substituição de antropologia e etnologia por contabilidade. No geral, os currículos são assemelhados, o que permitia aos alunos cursarem poucas optativas e graduarem-se em ambos os cursos" (2001a: 307).

as a tal adoção. Era necessário, segundo ele, que se criasse primeiramente uma zona de concordância entre os sociólogos:

Confesso, porém, que, dada a complexidade de nossa ciência e o grau insuficiente de sistematização de conhecimentos sociológicos no estado atual e em razão dos perigos de deturpação a que ainda está exposto o seu ensino entre nós, seria preferível conceder lugar preponderante, no currículo do ensino secundário às ciências físicas e experimentais, já constituídas e mais avançadas (idem, *ibidem*: 64).

O presidente da SBS também pede cautela nas discussões sobre a autonomia universitária. Melhor seria uma solução envolvendo a responsabilidade conjunta entre governo e corpos universitários, com vistas a garantir a combinação entre apoio financeiro, regulação conjunta e espaços de liberdade decisória. Alerta para dois perigos: o de uniformização (presente em legislações unilaterais como a Reforma Campos) e o da negligência pública diante das instituições de ensino superior. O discurso de encerramento também indica que o problema da regulamentação da carreira de sociólogo estava longe de ser uma preocupação central para Fernando de Azevedo. Ele parece deter uma noção espiritualizada e vocacional da profissão, tanto que lembra aos congressistas a importância da cultura desinteressada e do desprendimento e os convoca para uma verdadeira cruzada em prol da construção da disciplina: “embora a saibamos longa, dura e ingrata, não devemos nem podemos desanimar na luta [...] entre a ciência cultivada no nível dos países à frente da civilização e as forças contrárias que a desconhecem, deformam, desvirtuam” (idem, *ibidem*: 71).

SÍNTESE

As afirmações de Fernando de Azevedo provavelmente desagradaram a grande maioria dos sociólogos ali presentes. A principal resolução aprovada no fim do Congresso teve como alvo o discurso de Florestan. Recomendou-se sua publicação em separado e a conversão das perguntas finais de sua palestra em inquérito a ser conduzido pelas seções regionais da SBS. Se a sociologia ainda não havia alcançado a precisão metodológica e a unidade teórica das ciências ditas naturais, acreditava-se que seu ensino seria fator de democratização do conhecimento científico. A exigência de profissionalização e a falta de recursos levavam os sociólogos a romperem com a condição de isolamento. Tanto a expansão do sistema público de ensino quanto a disseminação das atividades ligadas ao planejamento de políticas públicas eram sentidos como oportunidades.

A possibilidade de que os sociólogos viessem a assumir encargos na esfera das decisões políticas foi outra das principais discussões travadas no 1^o Congresso. Guerreiro Ramos conclamava os congressistas a assumirem imediatamente responsabilidades práticas. Florestan, nesta fase de sua trajetória, via a esfera pública como apenas uma das áreas em que deveriam atuar os sociólogos: importante, mas não ao ponto de lhes subtrair ao trabalho teórico-metodológico. Apesar da concordância com Guerreiro no que tange à

escolha de setores de investigação compatíveis com a situação da ciência no país, Florestan rejeitava qualquer política de prioridades que implicasse no barateamento de custos e simplificação dos procedimentos de pesquisa. O padrão a ser alcançado pelos cientistas sociais dos países subdesenvolvidos deveria ser, para ele, o mesmo já alcançado pelos pesquisadores norte-americanos e europeus. Aliás, para Florestan, o sociólogo era no país um dos principais agentes transplantadores das inovações que acompanham a civilização ocidental.

Ao longo do Congresso, a centralidade das intervenções de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é o aspecto mais evidente. O primeiro, defendendo uma concepção de sociologia como ciência capaz de produzir explicações de natureza generalizante sobre os diversos níveis de interação entre os seres humanos, ciência cujo quadro conceitual e os procedimentos de coleta de dados gozavam de validade universal. O segundo, vendo a Sociologia como um método, um ponto de vista, no qual temas e categorias resultariam da integração histórica e subjetiva entre pesquisador e realidade pesquisada. Guerreiro definia a sociologia acadêmica brasileira como “enlatada”, hábil em importar não apenas os princípios do raciocínio sociológico, mas as atitudes e preocupações dos cientistas sociais estrangeiros. A tensão entre esses dois posicionamentos e a luta pela ampliação do espaço profissional dos sociólogos compuseram o núcleo das preocupações e debates entre os congressistas.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Maria A. N. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais o Brasil*. v. 2, São Paulo: Ed. Sumaré/Fapesp, 1995, pp. 197-232.
- _____. “A modernidade possível: cientistas sociais em Minas Gerais”. In: MICELI, S. (org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2ª ed., São Paulo: Ed. Sumaré, 2001ª, pp. 277-368.
- _____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001b.
- _____. “Empreendedores culturais imigrantes em São Paulo de 1950”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, jun. 2005, pp. 135-157.
- BÔAS, G. Villas. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CAPES. 1ª congresso de sociologia. Rio de Janeiro, n. 22, set. 1954, p. 5-13.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO, Edison; COSTA, Pinto. *As ciências Sociais no Brasil*. Série Estudos e Ensaio - 6, Rio de Janeiro: Capes, 1955.
- CARVALHO, M. G. Lejeune; MATTOS, S. Sérgio. *Sociólogos & sociologia: história das suas entidades no Brasil e no mundo*. v. 1, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2005.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1, 1954, São Paulo. Anais... São Paulo: SBS, 1955.

- MICELI, Sérgio (org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2, São Paulo: Ed. Sumaré/Fapesp, 1995.
- _____. (org). *História das ciências sociais no Brasil*. v.1, 2ª ed., São Paulo: Ed. Sumaré, 2001a.
- _____. “Por uma sociologia das ciências sociais”. In: MICELI, S. (org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2ª ed., São Paulo: Ed. Sumaré, 2001ª, pp. 11-28.
- _____. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: MICELI, S. (org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1, 2ª ed., São Paulo: Ed. Sumaré, 2001a, pp. 91-134.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.
- MOTA, Paulo (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. v. 3, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- ORTIZ, Renato. “Notas sobre as ciências sociais no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, julho de 1990, pp. 163-175.
- PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, São Paulo: Ática, 1990.
- PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- RUBINO, Sílvia. “Clubes de pesquisadores: a sociedade de etnologia e folclore e a sociedade de sociologia”. In: MICELI, S. (org). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 2, São Paulo: Ed. Sumaré/Fapesp, 1995, pp. 479-522.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, A. Maria. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LISTA DOS PARTICIPANTES DO 1º CONGRESSO DA SBS

Abelardo Fernando Montenegro, Abimael Campos Vieira, Acácio Ferreira, Adalgisa Araújo de Castro, Trujillo Ferrari, Alda A. Moeller, Aldemar Moreira, Álvaro da Veiga, Antonio Candido de Melo e Souza, Antônio Carlos de Souza Queiroz Cardoso, Antônio Rubbo Muller, Anny Zausmer, Aparecida Joly Gouveia, Aracy Ferreira Leite, Camilho Cechi, Carlos Correa Mascaro, Casemiro dos Reis Filho, Célia de Carvalho, Cesário Morey Hossri, Cide Rebello Horta, Djacir Meneses, Dinorah Ramos, Edna Beltranimi, Edmundo Accácio Moreira, Edison Carneiro, Egon Schaden, Erasmo H. M. Lopes, Esdras Borges Costa, Euclides de Mesquita, Eunice Todescan Ribeiro, Evaristo de Moraes Filho, Felte Bezerra, Fernando de Azevedo, Fernando Affonso Gay da Fonseca, Fernando Henrique Cardoso, Irmão Flávio, Florestan Fernandes, Frank Perry Goldman, Gastão Thomaz de Almeida, Geraldo Brandão, Gerson Rodrigues, Gilda de Mello e Souza, Gioconda Mussoline, Gisela Ribeiro dos Santos, Gláucio Veiga, Helena Maria Panizza, Helena Rocha de Achôa, Heloisa Alberto Torres, Henrique Stodieck, Helbert Baldus, Hermelina Maria Pretto, Ione Gasolla Escarpelli, Irineu Grick Marcarenhas, Ivone Leda Tapado, Jacy Camarão, Jair Conti, Jamil Munhoz Bailão, João Baptista Benassis, João

Mendonça, João dos Santos Areão, Joaquim Batista Neves, Joaquim Madeira Neves, Jonas Rodrigues, José Albertino Rodrigues, José Aloysio Reis de Andrade, José Arthur Giannotti, José Bonifácio Rodrigues, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, José Fernando Martins Bonilha, José Maria Esmerard Arruda, José Olegário Ribeiro de Castro, José Guerrino Ribeiro, José Tavares de Mello, José Spina França, Julio Barbosa, Juarez Rubens Brandão Lopes, Laudelino Teixeira de Medeiros, Leila Montanari Ramos, Lenira Faria, Lícia Capri Pignataro, Lina Brandi, Lisette Toledo Ribeiro Nogueira, Lorival Gomes Machado, Lúcia Wollet de Mello, Lucila Herrmann, L. A. Costa Pinto, Luiz Alberto Cibils, Luiz de Castro Faria, Luiz Filippe Silva Wiedemann, Luiz Gonzaga Pereira Campos, Manoel Carlos de Souza Ferreira, Menêmio de Campos Lobato, Maria Alayde Trani, Maria Cândida, Sandoval Camargo Pereira, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Luiz Alvarenga Freire Carette, Maria Neuza Avenia, Maria Olga Mattar, Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira, Maria Suzana Eliczer de Barros, Marina de Andrade Resende, Mário Lins, Mário Miranda Rosa, Mário Wagner Vieira da Cunha, Maurício de Magalhães Carvalho, Miriam Lifchitz Moreira Leite, Morse de Belém Teixeira, Murillo Barros Costa Rego, Neide Carvalho, Nelson Pesciotta, Nice Lecocq Muller, Norival Vieira da Silva, Nylza Ivonette de Oliveira Salgado, Octávio da Costa Eduardo, Oliveiros da Silva Ferreira, Oracy Nogueira, Oswaldo Herbster de Gusmão, Paula Beiguelman, Plauto Lapa Coimbra, Pedro Parafita de Bessa, Raquel Vieira da Cunha, Renato Jardim Moreira, Renato José Costa Pacheco, Rivadávia Marques Júnior, Robert Nicolaus Dannemann, Rodolfo Azzi, Roger Bastide, Rubens Nerval Barbosa, Ruy Anacleto, Ruy da Costa Antunes, Sarah Rottenberg, Sebastião Pagano, Stella Anita Martirani Bernardi, Suelly Quadros Micef, Szmul J. Goldberg, Teófilo de Queiroz Júnior, Thomas Pompeu Accily Borges, Vicente Marotta Rangel, Vicente Unzer de Almeida, Victor Antônio Peluso Júnior, Virginia Leoni Bicudo, Wanda Valério Faria, Walkyria Siqueira Mori, Walter F. Piazza, Wellman Galvão de França Rangel, Wilmar Orlando Dias, Wilson Cantoni, Wilson Rosa da Silva, Wilza A. Izar.

Recebido em 28 de julho de 2007

Aprovado para publicação em 11 de fevereiro de 2008